



Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apresentação de Vossas Senhorias as demonstrações contábeis do Banco Crefisa S.A., referentes aos exercícios findos em 31/12/2019 e 2018, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. **Principais destaque:** O Banco Crefisa S.A., obteve um Lucro Líquido de R\$ 9.655 mil (R\$ 10.655 mil em 2018), correspondente a R\$ 28,45 (R\$ 31,39 em 2018) por lote de mil ações,

Banco Crefisa S.A.

CNPJ/MF nº 61.033.106/0001-86

Relatório da administração

uma rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 7,42% (8,92% em 2018). O Patrimônio Líquido atingiu R\$ 139.784 mil (R\$ 130.129 mil em 2018). O Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial foi de 59,40% (59,27% em 2018). **Auditor Independente:** A BDO RCS Auditores Independentes é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações contábeis do Banco Crefisa S.A. A política adotada atende aos princípios

que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios estabelecidos na legislação brasileira. **Agradecimentos:** O Banco Crefisa S.A., agradece aos acionistas, clientes, colaboradores, correspondentes, prestadores de serviços e parceiros pelo apoio, empenho, confiança e dedicação.

São Paulo, 18 de março de 2020.

A Administração

Demonstrações do resultado

	Semestre e exercício findos em 31/12/2019 e exercício de 2018 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)		
	Semestre	Exercícios	
	Nota	findo em 31	findos em 31
		de dezembro	de dezembro
		2019	2019
Receitas da intermediação financeira		7.908	16.274 23.119
Operações de crédito	15	1.084	2.405 9.408
Operações com títulos e valores mobiliários	6d	6.824	13.869 13.711
Despesas da intermediação financeira	(2.052)	(4.590)	(6.121)
Operações de captação no mercado	17	(2.166)	(4.561) (6.327)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	18	(11)	(24) (35)
Resultado de operações de câmbio	16	(253)	(539) (254)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7d	378	534 495
Resultado bruto da intermediação financeira		5.856	11.684 16.998
Outras receitas (despesas) operacionais		1.568	1.926 (2.186)
Receitas de prestação de serviços	19	4.846	9.517 8.342
Rendas de tarifas bancárias	19	1.750	4.277 3.112
Despesas de pessoal	20	(289)	(716) (977)
Despesas administrativas	21	(4.187)	(8.646) (5.535)
Despesas tributárias	22	(956)	(1.998) (1.831)
Outras receitas operacionais	23	1.998	2.385 1.003
Outras despesas operacionais	24	(1.594)	(2.893) (6.300)
Resultado operacional		7.424	13.610 14.812
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		7.424	13.610 14.812
Imposto de Renda e Contribuição Social	25	(1.886)	(3.850) (4.119)
Imposto de Renda	(1.173)	(2.393)	(2.253)
Contribuição Social	(713)	(1.457)	(1.866)
Participações estatutárias no lucro		(16)	(105) (38)
Lucro líquido		5.522	9.655 10.655
Número de ações (em milhares)	13	339.395	339.395 339.395
Lucro líquido por lote de mil ações – R\$		16,27	28,45 31,39

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)		
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 01/01/2018	344.320	(224.846)	119.474
Lucro líquido do exercício	–	10.655	10.655
Saldo em 31/12/2018	344.320	(214.191)	130.129
Mutação do exercício	–	10.655	10.655
Saldo em 01/01/2019	344.320	(214.191)	130.129
Lucro líquido do exercício	–	9.655	9.655
Saldo em 31/12/2019	344.320	(204.536)	139.784
Mutação do semestre	–	5.522	5.522

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Semestre e exercício findos em 31/12/2019 e exercício de 2018 (Em milhares de reais)

	Semestre	Exercícios
	findo em 31	findos em 31
	de dezembro	de dezembro
	2019	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre/exercício	5.522	9.655 10.655
Ajustes para reconciliar o prejuízo		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(340)	(438) (407)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(32)	(90) (91)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	6	6 12
Depreciações e amortizações	18	41 51
Provisão (reversão) para riscos	(46)	1.233 2.167
Atualização monetária-depósito judicial e contingências	(140)	(291) (413)
Lucro ajustado do semestre/exercício	4.988	10.116 11.974
Aumento líquido/(redução) nos ativos operacionais		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(4.439)	(9.161) (11.534)
Relações interfinanceiras e interdependências	1.947	(3.423) (576)
Operações de crédito	(283)	3.083 6.649
Outros créditos	(1.916)	(2.100) (2.316)
Outros valores e bens	(326)	(1.402) 8.184
Aumento líquido/(redução) nos passivos operacionais		
Depósitos	374	25.022 (33.669)
Relações interfinanceiras e interdependências	(3.334)	29 (6)
Obrigações por empréstimos e repasses	(692)	(1.378) (1.351)
Outras obrigações	1.517	1.640 3.346
Resultado de exercícios futuros	(1.008)	(1.003) 999
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3.172)	21.423 (18.300)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	73.317	48.722 67.022
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	70.145	70.145 48.722
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3.172)	21.423 (18.300)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – O Banco Crefisa S.A. ("Banco"), sediado à Rua Canadá, nº 390 – São Paulo-SP, tem por objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórios inerentes aos bancos comerciais inclusive de câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

– As demonstrações contábeis do Banco foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pela lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN. Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, quando aplicável, na data de sua entrada em vigor, quais sejam: • **Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos;** • **Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) – Demonstração do fluxo de caixa;** • **Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas;** • **Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;** • **Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 – Eventos subsequentes;** • **Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações;** • **Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;** • **Resolução CMN nº 4.144/12 – CPC 00 (R1) – Emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicável onde não conflitam com as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN ou pelo Banco Central do Brasil – BACEN; • Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados;** • **Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis;** • **Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) – Ativo Intangível;** • **Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 – Ativo Imobilizado;** • **Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 – mensuração do valor justo.** Não foram adotadas as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ainda não recepcionadas pelo BACEN. Os efeitos dos pronunciamentos CPC 10 – Pagamento baseado em ações e CPC 33 – Benefícios a empregados, não foram aplicados nestas demonstrações contábeis, por não existirem transações relacionadas a essas práticas contábeis. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2019, foram aprovadas pela Administração em 18/03/2020.

3. Resumo das principais práticas contábeis – (a) Apuração do resultado: O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas, devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

(b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários – carteira própria e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, conforme Resolução CMN nº 3.604/08.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas da provisão para desvalorização, quando aplicável.

(d) Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

• **Títulos para negociação** – adquiridos como o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, são apresentados no ativo circulante e avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

• **Títulos disponíveis para venda** – que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários;

• **Títulos mantidos até o vencimento** – adquiridos com a intenção

... continuação

e instrumentos financeiros derivativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nestas estimativas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Disponibilidades	1.052	716
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota Explicativa nº 5)	69.093	48.006
Total	70.145	48.722

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez**(a) Composição**

	2019	2018
Aplicações no mercado aberto		
Lastro em títulos públicos (I) (Nota Explicativa nº 4)		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	37.490	30.004
Letras do Tesouro Nacional – LTN	1.601	18.002
Notas do Tesouro Nacional – NTN	30.002	–
Total	69.093	48.006

(I) Os prazos de vencimentos dos títulos que lastreiam as operações compromissadas, variam entre os meses de abril de 2020 a março de 2026.

(b) Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez

	2019	2018
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota Explicativa nº 6 (d))	4.697	4.628
6. Títulos e valores mobiliários – A composição da carteira de títulos e valores mobiliários está classificada na categoria "para negociação" e "mantidos até o vencimento" por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.		
(a) Composição por classificação		
	2019	2018
Valor do custo	Valor do custo	Valor de custo
mer-amorti-	mer-amorti-	mer-amorti-
cado/	cado/	cado/
zado contábil	zado contábil	zado contábil

Carteira própria e vinculada livres

Letras financeiras do tesouro – LFTs	157.283	157.285	148.418	148.421
--------------------------------------	---------	---------	---------	---------

7. Operações de crédito – (a) Composição total da carteira

	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total bruto	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Provisões
Carteira de crédito							
Empréstimos e títulos descontados	10.028	4.463	14.491	(1.203)	(4.391)	(5.594)	8.897
Financiamentos	11.159	–	11.159	(335)	–	(335)	10.824

Total de operações de crédito

Valores a receber relativos a transações de pagamentos	145	–	145	–	–	–	145
Títulos e créditos a receber	555	209	764	(3)	(1)	(4)	760
Total de outros créditos (Nota Explicativa nº 9)	700	209	909	(3)	(1)	(4)	905

Carteira de crédito

Empréstimos e títulos descontados	10.028	4.463	14.491	(1.203)	(4.391)	(5.594)	8.897
Financiamentos	11.159	–	11.159	(335)	–	(335)	10.824
Total de operações de crédito	21.187	4.463	25.650	(1.538)	(4.391)	(5.929)	19.721

Carteira de outros créditos

Títulos e créditos a receber	145	–	145	–	–	–	145
Total de outros créditos (Nota Explicativa nº 9)	700	209	909	(3)	(1)	(4)	905

(b) Composição por vencimento

	2019	2018		2019	2018	
Operações vencidas	4.872	105				
Operações a vencer						
Até 90 dias	10.005	1.962				
De 91 a 360 dias	11.400	15.028				
Acima de 360 dias	282	12.449				
Total	26.559	29.544				

	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total bruto	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Provisões
Carteira de crédito							
Empréstimos e títulos descontados	3.862	12.449	16.311	(1.120)	(5.593)	(6.713)	9.598
Financiamentos	12.082	–	12.082	(362)	–	(362)	11.720
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.059	–	1.059	(11)	–	(11)	1.048
Total de operações de crédito	17.003	12.449	29.452	(1.493)	(5.593)	(7.086)	22.366

Carteira de outros créditos

	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total bruto	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Provisões
Operações vencidas	3.862	12.449	16.311	(1.120)	(5.593)	(6.713)	9.598
Operações a vencer	12.082	–	12.082	(362)	–	(362)	11.720
Até 90 dias	1.059	–	1.059	(11)	–	(11)	1.048
Total de outros créditos (Nota Explicativa nº 9)	17.003	12.449	29.452	(1.493)	(5.593)	(7.086)	22.366

(c) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total bruto	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Provisões
Setor							
Indústria							
Comércio							
Serviços							
Pessoas físicas							

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2019	2018		2019	2018	
Saldos iniciais	7.177	38.444		Outras	684	194
Constituição/(reversão) líquida	(534)	(495)		Total	9.498	6.452
Créditos baixados para prejuízo	(710)	(30.772)		Curto prazo	2.501	

... continuação

Créditos tributários não constituídos: Em 31/12/2019, créditos tributários não constituídos R\$ 74.265 (R\$ 78.713 em 2018), sendo R\$ 42.089 (R\$ 43.958 em 2018) sobre diferenças temporárias e R\$ 32.176 (R\$ 34.755 em 2018), sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

26. Gerencia de Risco e de Capital – a) Gerenciamento de riscos: A gestão de riscos é realizada de forma unificada e compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes, tendo por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada. Esta gestão unificada é feita através de processo estruturado que comprende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco. **Risco de crédito:** Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrerem perdas associadas a: • Não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; • Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; • Reestruturação de instrumentos financeiros; • Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos. **Risco de mercado:** Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrerem perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas pelo Conglomerado. Estas perdas podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros. **Risco operacional:** Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui

o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é definido como: • A possibilidade do Conglomerado não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; • A possibilidade do Conglomerado não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. **b) Gerenciamento de capital:** Segundo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a instituição deve adotar diretrizes prudenciais de gestão de Capital de forma consolidada visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional. **Suficiência de capital (visão regulatória):** A gestão do capital é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e ao estabelecimento de uma base sólida de Capital, viabilizando o desenvolvimento dos negócios e das operações conforme plano estratégico da instituição. **Índices de Capital:** Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente. O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, tendo como instituição líder a Crefisa S/A Crédito, Financiamento e

Investimento. O Índice de Basileia em 31/12/2019 é de 59,40%. O relatório completo sobre o gerenciamento dos riscos está disponível no endereço eletrônico www.crefisa.com.br.

27. Informações complementares – a) Relações interdependências – Recursos em trânsito de terceiros, no passivo, referem-se a ordens recebidas no exterior a cumprir de clientes, no montante de R\$ 66 (R\$ 37 em 2018); b) Resultados de exercícios futuros referem-se a comissões recebidas sobre garantias prestadas e a retenção de rendas sobre operações de crédito, a serem diferidas pelo prazo dos contratos, no montante de R\$ 1 (R\$ 1.003 sendo R\$ 1.000 pela participação nos arranjos de pagamento da bandeira e licenciamento de marca registrada em 2018); c) As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outras garantias, totalizam R\$ 3.834 (R\$ 4.310 em 2018) (Nota Explicativa 11 (ii)) e estão registradas em conta de compensação. Em 31/12/2019 não existiam valores de avais e fianças honradas a terceiros.

28. Eventos subsequentes – Efeitos do Coronavírus nas demonstrações contábeis – A Administração da Instituição tem acompanhado atentamente os impactos do Coronavírus nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Instituição está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Instituição, tais como os relacionados as estimativas contábeis e mensuração dos seus ativos e passivos. Apesar de até o presente momento não ser possível uma mensuração exata dos possíveis impactos do Covid-19 no ambiente econômico, a Administração entende que não foram observados impactos que pudessem afetar suas operações.

Contador

Edson Carmo Lopes
CRC 1SP 214138/O-4Leila Mejdalani Pereira
Diretora PresidenteJosé Roberto Lamacchia
Diretor SuperintendenteIvan Dumont Silva
DiretorMilva Aparecida Pires Ribeiro
Diretora**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Acionistas e Administradores do **Banco Crefisa S.A.** – São Paulo-SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis do **Banco Crefisa S.A.** ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco Crefisa S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança e administração do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração". Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o "Relatório da Administração" e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o "Relatório da Administração" e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no "Relatório da Administração", somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança e administração do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações

contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 18 de março de 2020.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2SP 013846/O-1

Francisco de Paula do Reis Júnior – Contador CRC 1SP 139268/O-6